

CARTA IBGE



Ano IV • Nº 49

agosto 1998

A transição da mortalidade infantil no Brasil

O processo de transição da mortalidade para níveis baixos e o conseqüente aumento na esperança de vida ao nascer foi um fenômeno praticamente generalizado, em nível mundial, particularmente depois da Segunda Guerra. Acontece, porém, que o curso histórico da mortalidade em países menos desenvolvidos, especialmente na América Latina, foi diferente do modelo europeu e americano. Não somente são distintas as causas, como também o padrão de queda mostra desequilíbrios internos, dependendo mais fortemente dos efeitos da difusão de tecnologias médicas do que do acesso adequado da população a determinados benefícios sociais.

A discussão sobre as relações entre estado de saúde da população e desenvolvimento econômico vêm de longe. Trata-se de uma questão que permeou os estudos sobre saúde: a de saber se há ou não uma interdependência entre a melhoria das condições de saúde da população e o aumento equivalente de seu padrão de vida. E parte deste debate procura justamente entender como as mudanças na estrutura econômica e social afetam a evolução dos padrões de mortalidade.

Vale ressaltar que mesmo nos países onde já se completou a transição da mortalidade infantil, verifica-se que não houve uniformidade no processo de transição, diferindo o período em que se deu o início e a velocidade da queda. No caso do Brasil, o conhecimento de como a evolução econômica e social afetou a mortalidade é fundamental para compreender as distintas trajetórias da mortalidade infantil entre as regiões brasileiras.

A redução da mortalidade infantil vem ocorrendo de modo consistente no Brasil desde 1940. Entre 1955 e 1965 esta redução acontece mais lentamente, o que

mostra a sensibilidade desse indicador a períodos de crises estruturais. O agravamento da crise econômica na década seguinte (1965/75), principalmente em função dos ajustes na economia, refletiu-se pesadamente na sobrevivência infantil. As dimensões econômicas e institucionais da crise naquele período foi, talvez, a principal causa da interrupção do declínio da mortalidade. Além disso, o grande êxodo rural e a pressão demográfica sobre os grandes centros urbanos representaram uma pressão adicional sobre os serviços de infra-estrutura e de atendimento público.

A partir de meados da década de 70, a retomada da queda da mortalidade está associada à expansão da rede assistencial e da infra-estrutura de saneamento básico, patrocinada pelo regime militar.

Sumário

■ Inflação de julho	pág. 3
■ Pesquisa Mensal de Comércio	pág. 4
■ Atividade Industrial	pág. 4
■ Conjuntura Agrícola	pág. 5
■ Pesquisa Mensal de Emprego	pág. 6
■ Emprego Industrial	pág. 6
■ Indicadores Conjunturais	pág. 7

Em consequência da generalização dos serviços de saúde e saneamento e aumento da escolarização, observa-se uma redução significativa nos padrões da desigualdade regional diante da morte no país. Outros fatores relevantes para a continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil e infanto-juvenil, especialmente a partir dos anos 80, foram os programas de saúde materno-infantil, a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares, as campanhas de vacinação e os programas de aleitamento materno e reidratação oral.

TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (%)

Ano	Brasil	Nordeste	Sudeste
1940	149,0	185,0	137,0
1955	128,0	168,7	106,5
1965	115,6	151,8	89,1
1975	105,0	135,0	75,0
1985	63,0	95,8	43,0
1990	51,0	76,0	33,0

TAXA DE DECLÍNIO MÉDIO ANUAL (%)

Período	Brasil	Nordeste	Sudeste
1940/55	-1,01	-0,61	-1,66
1955/65	-1,01	-1,05	-1,77
1965/75	-0,96	-1,17	-1,71
1975/85	-4,98	-3,37	-5,41
1985/90	-4,14	-4,53	-5,16

Fonte IBGE: Censos Demográficos 1940 a 1991 e PNADs 1992 a 1995.

Este artigo se concentra nas regiões Nordeste e Sudeste, escolhidas por refletirem situações diferenciadas, não só em termos da transição da mortalidade infantil, mas também por apresentarem trajetórias diferentes de desenvolvimento econômico e social.

No Nordeste, a mortalidade infantil somente ao final da década de 40 dá sinais de queda, ainda assim num ritmo inferior ao do Sudeste. Conforme se observa na tabela, são do Nordeste as menores taxas de declínio médio anual durante o período 1940/55. No período seguinte (1955/65), a velocidade de queda da mortalidade infantil aumenta no Nordeste, praticamente dobrando sua taxa de declínio médio anual: de 0,65 para 1,1%. Já no Sudeste, em função da crise na região, as variações foram menos acentuadas (1,66% para 1,77%).

De uma maneira geral, estes índices mantiveram-se ao longo da década seguinte. Ou seja, durante os primeiros 35 anos que se seguiram a 1940 poucas alterações ocorreram no ritmo de declínio da mortalidade infantil: as taxas anuais se reduziram, em média, em torno de 1% para o Brasil e Nordeste e 1,7% no Sudeste.

CORREÇÃO

Os valores relativos ao PIB, na edição de junho, foram publicados na página sete tendo como referência o segundo trimestre de 1997 e não o primeiro trimestre deste ano. Os dados voltaram a ser informados corretamente, em julho e são repetidos nesta edição, pois os números que consolidam o primeiro semestre de 1998 serão divulgados em setembro, já de acordo com nova metodologia.

Passada a fase crítica (1965/75) retoma-se, no período 1975-1990, o processo de redução da mortalidade infantil num ritmo bastante acentuado (as variações registradas na tabela apontam nesta direção).

Ganhos de esperança de vida ao nascer aumentam e desigualdades regionais diminuem nos anos 70

As estimativas da esperança de vida ao nascer para o Brasil, ao meio da década de 30, apontavam valores em torno de 42 anos. Este valor vai aumentar cerca de dez anos, em duas décadas e meia, chegando a 51,9 anos em 1960. Esse processo de declínio da mortalidade se generalizou em todas as regiões, mas de forma desigual, aumentando as diferenças entre as mesmas. A diferença entre a esperança de vida ao nascer entre o Sudeste e o Nordeste, de 9,7 anos em 1940, sobe para 11,1 em 1960.

De acordo com Celso Simões e Luís Antônio de Oliveira, do Departamento de População e Indicadores Sociais, estas constatações revelam como o modelo das políticas de saúde acompanhou a profunda segmentação da sociedade, tendo presença concreta nas regiões mais desenvolvidas e entre as populações mais comprometidas com a nova dinâmica do mercado de trabalho em expansão.

Durante a década de 60 o ganho de esperança de vida ao nascer diminuiu, em relação à década anterior, mas não no Sudeste e muito menos no Nordeste, onde o ganho na expectativa de vida mais do que duplicou, se comparado aos registros para a década de 50.

A aceleração nesse processo veio nos anos 70, quando a esperança de vida ao nascer passou de 55,2 anos para 62,3 anos, entre 1970 e 1980. A desigualdade regional também diminuiu, devido à ampliação dos serviços de saúde e saneamento. Em 1980, o Nordeste teria uma esperança de vida ao nascer em torno de 57 anos, contra 64 anos no Sudeste. Esta diferença cai de sete para quatro anos em 1990.

Uma característica a ser destacada nesta evolução da mortalidade é a rápida ampliação da diferença entre as esperanças de vida femininas e masculinas, tanto no Brasil quanto no Sudeste, e que deve ter relação com o aumento das incidências das causas violentas sobre a população masculina. Para o Brasil, a diferença passa de apenas três anos, em 1940, para 7,7 anos durante a década de 80. No Sudeste, neste período, a diferença cresce de 2,9 para 7,8 anos. Já o Nordeste apresenta valores semelhantes, embora mais elevados, ao longo do período.

Ganhos de vida têm sido maiores para as mulheres

A diminuição da mortalidade tem como contrapartida a elevação da expectativa de vida ao nascer. Assim, uma queda significativa da mortalidade na faixa etária de menores de um ano - que apresenta, entre as faixas, os maiores níveis -, pode elevar a vida média ao nascer da população de modo mais intenso do que a dos demais grupos isoladamente. Daí a importância de se analisar a contribuição dos grupos, considerando a situação de cada região e para cada sexo.

Embora em velocidades distintas, a esperança de vida ao nascer vem aumentando tanto para homens como para mulheres. De 1940 a 1990, os ganhos de vida foram de 20 anos para a população masculina e de 23 anos para a feminina.

Para as mulheres, no período 1940/50, 36% da contribuição para o aumento da esperança de vida se deveu a reduções na mortalidade infantil, seguida do grupo etário de 1 a 4 anos (18%). As mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) contribuíram com 30%. Para o sexo masculino, a redução da mortalidade infantil e na infância teve contribuição menor (17,5% e 23%, respectivamente). A maior contribuição foi a da faixa de 30 a 49 anos (24%), seguida do grupo de 20 a 29 anos (14%). No período seguinte (1950/60), as maiores contribuições à redução da mortalidade ocorreram entre as idades de 1 a 4 anos, em ambos os sexos.

O grande salto na contribuição da mortalidade infantil nos ganhos de expectativa de vida acontece a partir dos anos 80. Entre as mulheres, a participação dos menores de um ano foi de 43%, vindo a seguir o grupo etário de mais de 50 anos (24%), o que é forte indicativo de uma maior sobrevida das mulheres em relação aos homens. Já no contingente masculino, as maiores contribuições da faixa de menores de um ano (77%) reflete não só a efetiva diminuição da mortalidade infantil durante a última década, mas também o aumento da mortalidade em algumas faixas etárias jovens.

No Nordeste, do total de 2,75 anos de ganhos na esperança de vida para mulheres, no período 1940/50, apenas 0,15 ano se deveu à queda da mortalidade infantil, o que significa contribuição proporcional de 9,2%. Por outro lado, a participação foi de 41% no grupo de 20 a 49 anos, percentual que ficou em 27% na faixa de 1 a 4 anos de idade. As proporções foram similares para o sexo masculino. Este é o padrão até o final da década de 70: maiores contribuições nas faixas de adultos, seguida pela faixa infantil e infanto-juvenil.

Políticas mais sistemáticas de saúde pública, durante a década de 80, começam a reverter a situação. Do ganho de 6,4 anos na esperança de vida feminina, entre 1980 e 1990, cerca de 2,7 anos se devem à queda da mortalidade infantil (41,7% do ganho total). Para os homens, que aumentou 5,8 anos, cerca de 2,6 anos são relativos ao declínio da mortalidade infantil, significando 44% do total. O Nordeste detém os níveis mais altos de mortalidade, com expectativa de vida ao nascer, para 1990, estimada em 63 anos, contra 67 anos no Sudeste.

Nesta última região, ao contrário do Nordeste, desde o início são bastante significativas as contribuições da queda da mortalidade infantil, independentemente do sexo, nos ganhos gerais da mortalidade, medida pela esperança de vida ao nascer. Mesmo nos períodos de menor queda, esta contribuição foi superior a 20%. Se consideramos ainda as crianças de 1 a 4 anos, no caso do Sudeste, observamos que parte significativa do aumento da esperança de vida se deveu à queda da mortalidade na infância.

INFLAÇÃO

Deflação do INPC em julho é a maior desde 1979

A deflação do INPC em julho (-0,28%) é a maior desde que se iniciou a série histórica no IBGE. Para este resultado contribuíram as quedas nos preços de alimentos, vestuário e artigos de residência, que puxaram o índice para baixo.

Com a deflação registrada de junho para julho, a taxa de inflação acumulada no ano medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) recuou de 3,24% para 2,95%. A taxa anualizada do índice (últimos 12 meses), calculado com base no consumo médio de famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos, também recuou, de 4,55% para 4,07%.

Já o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação com base no consumo médio de famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos, também apresentou deflação (-0,12%) de junho para julho. Com isso, o acumulado no ano caiu de 2,29% para 2,17% e o dos últimos 12 meses, de 3,40% para 3,06%.

As principais baixas por grupo, no INPC, foram apuradas em Alimentação (-1,18%), Vestuário (-0,14%) e Artigos de Residência (-0,54%). A deflação poderia ser ainda mais acentuada, mas as altas em Transporte e Comunicação (0,43%) e Despesas Pessoais (0,11%) ajudaram a sustentar o índice.

De junho para julho, os itens responsáveis pelas principais variações, tanto no INPC como para o IPCA foram *Tubérculos, Raízes e Legumes* (-7,41%, no INPC, e -7,63%, no IPCA), *Hortaliças e Verduras* (-6,40% e -7,78%), *Cereais, Leguminosas e Oleaginosas* (-5,74% e -6,14%), *Frutas* (-4,26% e -3,04%), *Pescado* (-3,24% e -3,29%), *Bebidas e Infusões* (-2,41% e -2,32%) e *Sal e Condimentos* (4,04% e 3,99%).

Reg. Metropolitana	INPC	IPCA
Porto Alegre	0,79	0,34
Fortaleza	0,24	0,06
Rio de Janeiro	-0,08	-0,02
Curitiba	-0,19	-0,17
São Paulo	-0,30	-0,13
Goiânia	-0,37	-0,18
Salvador	-0,38	-0,05
Belo Horizonte	-0,60	-0,22
Belém	-0,66	-0,23
Brasília	-0,80	-0,53
Recife	-1,09	-0,72

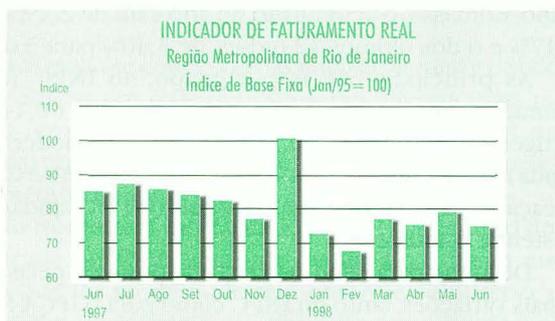
■ PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO

Comércio do Rio fatura menos 4,9% entre um mês e outro

As vendas do comércio continuam em queda. O faturamento voltou a cair em junho e a perda acumulada no ano já é de 14,47%. O recuo entre maio e junho foi generalizado, com redução maior para o setor de móveis e eletrodomésticos.

Em junho, o comércio vendeu menos 4,9%, em relação a maio. Apesar de negativo, este foi o melhor resultado da relação junho/maio desde o início da pesquisa, em janeiro de 1995, e isto graças à influência positiva da Copa do Mundo sobre algumas atividades, tais como *supermercados*; *mercearias*, *açougues* e *assemelhados* e *vestuário*.

O aumento nas vendas de televisores foi outro fator a evitar que as quedas fossem maiores, como normalmente ocorre entre esses dois meses. Na comparação com junho de 1997, o faturamento do comércio varejista caiu 11,8%.



De maio para junho, todas as atividades pesquisadas apresentaram quedas de faturamento, tendo maior impacto no resultado global do comércio varejista as de *super e hipermercados* (-5,3%); *combustíveis e lubrificantes* (-6,4%); *móveis e eletrodomésticos* (-14,5%); *automóveis e motos, peças e acessórios* (-4,0%) e *outros artigos de uso pessoal* (-8,9%).

Emprego no comércio do Rio cai pelo sexto mês seguido

A variação negativa de junho em relação a maio foi de -1,2%. Das dez atividades investigadas apenas duas, *mercearias*, *açougues* e *assemelhados* e *vestuário*, *calçados* e *tecidos*, registraram crescimento no emprego em relação ao mês anterior. A retração para o emprego no setor é confirmado pelos indicadores mensal (-7,1%), acumulado no ano (-6,8%) e últimos 12 meses (-6,5%). No tocante aos salários, verifica-se acréscimo de 5,4% entre um mês e outro, basicamente por conta do pagamento do dissídio da categoria (5%), efetuado pela maioria dos estabelecimentos comerciais. A pesquisa aponta queda para a massa de salários sobre junho do ano passado (-5,7%) e no acumulado do ano (-9,5%).

■ ATIVIDADE INDUSTRIAL

Produção industrial fica estável no primeiro semestre

O crescimento verificado em maio foi muito forte e o recuo da produção, no mês seguinte, era de certo modo esperado. Mesmo sem repetir o bom desempenho do mês anterior, junho apresenta o segundo melhor resultado do ano e mostra que a indústria está em fase de recuperação.

A produção industrial teve uma retração de 1,5% em junho, na comparação com maio, já descontados os efeitos sazonais. Ainda assim, o patamar de produção assinalado em junho é o segundo mais elevado do ano, superando em 1,1% o nível médio observado em 1997.

No confronto com junho do ano passado, a produção global apresentou estabilidade (0,2%), fechando o semestre com taxa ligeiramente negativa (-0,2%). A taxa dos últimos 12 meses passa de 1,7%, em maio, para 0,9%, em junho.

A queda na produção entre maio e junho foi generalizado, atingindo 16 dos 20 ramos industriais pesquisados e todas as categorias de uso. Entre os ramos industriais, as quedas mais expressivas ocorreram em couros e peles (-12,9%), mecânica (-7,4%) e material de transporte (-6,0%).

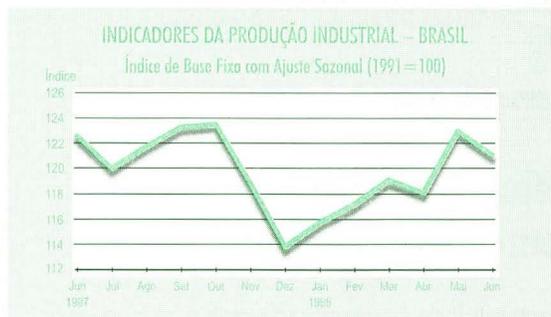
As maiores reduções, entre as categorias de uso, foram assinaladas em bens de consumo duráveis (-4,1%) e bens de capital (-4,0%). Os resultados menos negativos verificados em bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (-2,3%) e bens intermediários (-0,6%) impediram que a taxa global para a indústria fosse mais desfavorável.

Para o comportamento ligeiramente positivo registrado no confronto com junho de 1997, concorreram a indústria alimentar (14,4%), o setor químico (5,2%) e a extrativa mineral (8,9%). Em contraste, as quedas em material de transporte (-7,6%), mecânica (-7,3%) e material elétrico e de comunicações (-5,5%), foram os que mais pressionaram negativamente o resultado global do setor.

Ainda em relação a junho/97, os índices confirmam os baixos níveis de produção na área de bens de consumo duráveis (-16,8%), sobretudo em função do desempenho negativo de eletrodomésticos (-23,3%), embora a queda na produção de automóveis (-17,0%) seja também expressiva. O segmento de bens de capital também revela queda neste indicador (-1,8%), ao contrário das áreas de bens intermediários (1,1%) e de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (2,9%).

A única área com desempenho negativo nos seis primeiros meses do ano foi a de bens de consumo duráveis, cuja queda chegou aos -18,7%. As mais importantes contribuições negativas ficaram por conta dos eletrodomésticos (-28,2%) e do setor automobilístico (-15,6%).

Bens de capital lideram a expansão no primeiro semestre, com 6,1%. Outra área que amplia a atividade nesse período é a de bens de consumo semi e não-duráveis (1,6%). Os semiduráveis, cuja demanda é também sensível às condições de crédito, apresentam queda de -9,2%. Finalmente, para o setor de bens intermediários o crescimento foi nulo.



Rio de Janeiro: aumento acima dos 7% pelo segundo mês consecutivo

A produção industrial fluminense atingiu 7,1% em junho, contra igual mês de 1997. Em maio, a expansão havia sido de 7,4%. O setor extrativo mineral foi, de novo, o grande responsável por este desempenho. Quem liderou a produção regional, porém, foi a Bahia, cujo acréscimo de 11,8% no mês também esteve relacionado à indústria química. A indústria cresceu ainda no Nordeste (10,1%) e em Pernambuco (8,1%). As quedas mais significativas ocorreram no Rio Grande do Sul (-4,7%), Santa Catarina (-3,4%) e região Sul (-3,5%), enquanto Minas Gerais (-1,5%) e Paraná (-0,4%) ficaram com reduções menores. Em São Paulo (-0,1%) a atividade industrial praticamente se estabilizou.

CONJUNTURA AGRÍCOLA

Safra agrícola registra queda de 1,29%

Expectativa é de uma produção menor de grãos em 1998, pois as estimativas, que inicialmente indicavam crescimento, sofreram reversão em maio.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho prevê redução de 1,29% para a safra deste ano, em relação à produção do ano passado. A expectativa para o volume total de cereais, leguminosas e oleaginosas está em 76,521 milhões de toneladas, inferior aos 77,517 milhões de toneladas obtidos em 1997. A região Centro-Sul e Rondônia, que participam com cerca de 90% do total, apresentam acréscimo de apenas 1,86%, ao contrário das regiões Norte e Nordeste, responsáveis pelos 10% restantes, onde a quebra atinge 28,64%.

De maio para junho, o LSPA destaca as variações nas estimativas de produção de quatro produtos: algodão herbáceo (-10,53%), batata-inglesa 2ª safra (-6,46%), milho em grão 2ª safra (2,65%) e trigo (1,48%). A queda verificada na produção de algodão herbáceo decorre das condições climáticas adversas no Nordeste e em Goiás. Na Bahia, maior produtor nordestino, a falta de chuvas ocasionou sérios danos na produtividade esperada. Em Goiás, as lavouras sentiram muito o efeito do *El Niño*, com alternância de períodos de chuvas excessivas no plantio, acompanhado de temperaturas altas (acima da média) e estiagens prolongadas.

No caso da batata-inglesa 2ª safra, o decréscimo verificado na estimativa de produção, deve-se à diminuição observada nos dados de Minas Gerais, hoje um expressivo pólo produtor. O acréscimo na produção de milho da 2ª safra se explica pelo interesse de tradicionais produtores por esta safra, que vem crescendo de ano para ano, sobretudo em Goiás e Mato Grosso. Quanto ao trigo, a expansão na produção esperada foi de 1,48%, em relação a maio, quando se informou um volume de 1,9 milhão de toneladas.

Segunda safra do milho cresce 23,81% em relação a mesma safra do período anterior

Ao apurar a situação das lavouras em junho, na comparação com a produção obtida em 1997, observa-se variação positiva nas estimativas para seis dos 16 produtos analisados: algodão herbáceo (48,21%), batata-inglesa 2ª safra (8,44%), café em coco (30,29%), cana-de-açúcar (0,23%), milho 2ª safra (23,81%), soja (18,89%) e trigo (7,85%). Os demais apresentam variação negativa: arroz (-13,45%), batata-inglesa 1ª safra (-13,10%), cacau em amêndoa (-6,79%), cebola (-1,38%), feijão 1ª safra (-27,73%), feijão 2ª safra (-29,94%), mandioca (-17,27%) e milho 1ª safra (-18,54%).

Para o milho da segunda safra aguarda-se uma produção de 5,011 milhões de toneladas, com acréscimo de 23,81% quando comparada a igual safra passada. No Paraná, para onde se espera um volume de 2,0 milhões de toneladas, a colheita está em andamento e deverá estender-se até setembro. Na região Centro-Oeste, exce- tuando-se o Mato Grosso (-20,15%), Mato Grosso do Sul (16,30%) e Goiás (4,34%) apresentam ganhos na produção. A expectativa para a região é de uma colheita de cerca de 2,012 milhões de toneladas.



As previsões para o trigo são de uma produção de 2,566 milhões toneladas, contra 2,379 milhões no ano passado. Ainda faltam, porém, os primeiros dados da safra para São Paulo e Santa Catarina. O acréscimo decorre da expectativa de maior produtividade, uma vez que a área plantada recua 7,08%, situando-se em 1,354 milhão de hectares.

■ PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

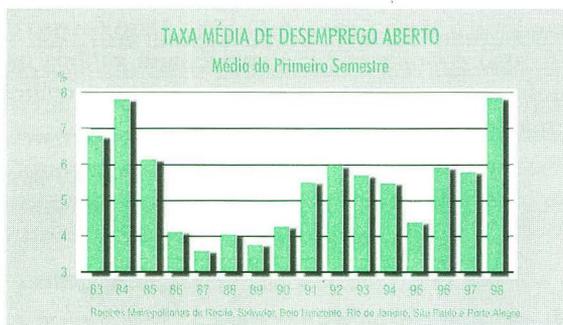
Taxa média do semestre é a mais alta da série histórica

Com aumento de cerca de dois pontos percentuais sobre igual período do ano passado, desemprego médio chega a 7,81% nos primeiros seis meses deste ano.

A taxa de desemprego em junho caiu para 7,9%, nas seis principais regiões metropolitanas do país. Mesmo tendo recuado frente aos 8,2% registrados em maio, o desemprego médio no primeiro semestre é o maior desde 1983. De maio para junho, o número de pessoas ocupadas caiu 0,3% e o número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho, 4,5%. Com isso, a população economicamente ativa sofreu redução de 0,7%.

Entre as regiões metropolitanas, as taxas verificadas em junho foram de 9,86% para Salvador, 9,57% para Recife, 8,57% para São Paulo, 7,65% para Belo Horizonte, 7,37% para Porto Alegre e 5,99% para o Rio de Janeiro.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu 1,4% de abril para maio, influenciado pela variação dos rendimentos das pessoas que trabalharam por conta própria (-2,3%) e dos empregados sem carteira de trabalho assinada (-1,7%). Já o rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada obteve variação ligeiramente positiva (0,4%). Entre um mês e outro, a ocupação foi menor na indústria de transformação (2,4%) e nos serviços (0,4%) e maior na construção civil (1,1%) e no comércio (0,7%). Ao considerar as categorias de ocupação, constatou-se queda para o número de empregados sem carteira assinada (2,2%) e aumento do número de pessoas que trabalharam por conta própria (0,9%) e empregados com carteira de trabalho assinada (0,3%).



De junho do ano passado para junho deste ano, a população economicamente ativa cresceu cerca de 2%, devido ao acréscimo de 32,1% no número de pessoas desocupadas, visto que o número de pessoas trabalhando manteve-se praticamente estável. Nessa comparação, a taxa média de desemprego aberto aumentou 1,81 ponto percentual.

Com relação à ocupação, aumentou o número de pessoas trabalhando na construção civil (2,7%) e no setor de serviços (2%). Em contrapartida, o número de pessoas trabalhando caiu 3,9% na indústria de transformação e 2,9% no comércio. Entre as categorias de ocupação, caiu o

número de empregados com carteira de trabalho assinada (0,7%) e aumentou aproximadamente em 1% o número de pessoas inseridas nas demais categorias.

O rendimento médio real, de maio do ano passado para maio deste ano, caiu 3,4%. Com exceção dos empregados com carteira de trabalho assinada, as demais categorias de ocupação apresentaram queda, destacando-se as pessoas que trabalharam por conta própria, cujo rendimento variou -9,4%.

■ EMPREGO INDUSTRIAL

Mercado de trabalho continua desaquecido

A estabilidade apresentada entre abril e maio interrompe uma seqüência de dez meses em queda contínua. Já os demais confrontos apontam reduções significativas.

Estabilizado em junho frente ao mês anterior, o nível de emprego na indústria é negativo em relação a maio do ano passado (-9,2%), no acumulado do ano (-8,9%) e nos últimos 12 meses (-7,0%).

A estabilidade do nível geral do emprego industrial entre abril e maio decorre do comportamento positivo verificado em metade dos 22 segmentos pesquisados, com destaque para o acréscimo de 3,9% observado na indústria alimentar, favoravelmente influenciada por fatores sazonais. Cabe também mencionar os resultados de química (1,1%), perfumaria, sabões e velas (1,8%) e vestuário (0,5%). Em contraste, os segmentos que exibiram as reduções mais agudas no nível de emprego foram fumo (-13,6%), também por fatores sazonais; bebidas (-3,0%) e mecânica (-2,9%).

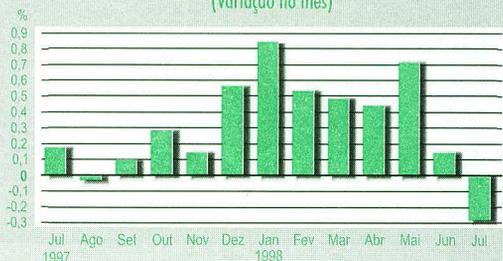
Queda dos salários é maior nos setores que demitem mais

O total de salários nominais pagos pela indústria mostra ligeira expansão entre abril e maio deste ano (0,3%). Com isso, o índice para o desempenho real ficou em -0,4%. Tradicionalmente, maio aponta algum movimento positivo nessa variável em função do novo valor do salário mínimo. Mas nem mesmo essa influência sazonal foi suficiente para reverter a trajetória negativa do índice de salário real, o que confirma a situação de desaquecimento no mercado de trabalho industrial.

Em relação a maio de 1997, há uma queda real de -7,3% no valor total dos salários pagos pela indústria, em função do corte nos postos de trabalho. A queda apresentada é mais acentuada nos segmentos que vêm demitindo mais intensamente, como têxtil (-27,1%) e vestuário (-20,8%).

O salário médio real apresenta queda de -0,4% na passagem de abril para maio, provavelmente refletindo também o aumento sazonal do emprego em alguns segmentos que absorvem mão-de-obra relativamente menos qualificada, como é o caso da indústria alimentar. Nos confrontos com 1997, os índices para o salário médio real mantêm taxas positivas no comparativo maio 98/ maio 97 (2,1%), no acumulado do ano (2,9%) e nos últimos 12 meses (2,6%).

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC
(Variação no mês)



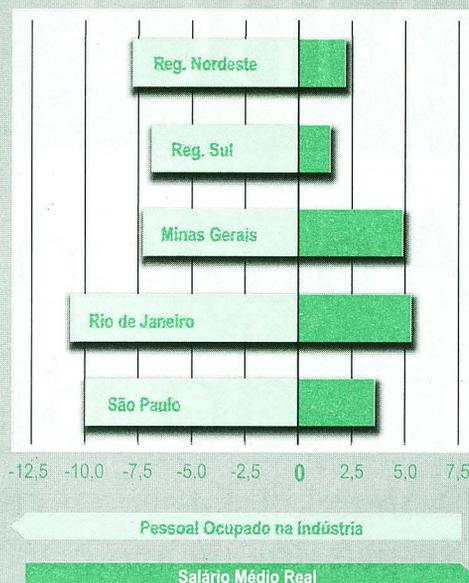
RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS
(Jul/94=100)



Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA

Acumulado Janeiro-Maio 1998 (%)



Indicadores Conjunturais

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1998-I	122,47 (1)	-1,10 (1)	1,10 (2)
Agropecuária	1998-I	125,90 (1)	1,14 (1)	-1,04
Indústria	1998-I	120,85 (1)	-1,36 (1)	1,36
Serviços	1998-I	122,06 (1)	0,08 (1)	1,25
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (*)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Jun/98	76,520	—	-1,29
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (*)				
Total	Jun/98	123,33	-1,54 (1)	0,23
Bens de Capital	Jun/98	115,07	-3,95 (1)	-1,79
Bens Intermediários	Jun/98	122,43	-0,61 (1)	1,11
Bens de Consumo Duráveis	Jun/98	146,76	-4,06 (1)	-16,84
Bens de Consumo Não-duráveis	Jun/98	117,46	-2,33 (1)	2,93
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Rio de Janeiro (jan/95=100) (*)				
Faturamento (5)	Jun/98	75,26	-4,92	-11,78
Emprego Assalariado	Jun/98	80,69	-1,24	-7,13
Salários e Outras Remunerações (5)	Jun/98	98,21	5,35	-5,67
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Recife (jan/97=100) (*)				
Faturamento (6)	Jun/98	82,34	-4,90	-12,56
Emprego Assalariado	Jun/98	86,96	-1,11	-9,27
Salários e Outras Remunerações (6)	Jun/98	90,20	1,35	-10,38
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Salvador (jan/97=100) (*)				
Faturamento (7)	Jun/98	86,82	-5,94	—
Emprego Assalariado	Jun/98	92,05	-0,33	—
Salários e Outras Remunerações (7)	Jun/98	87,17	1,70	—
■ MERCADO DE TRABALHO (*)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Jun/98	7,90	-3,7	29,7
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Mai/98	124,01	-1,4	-3,4
Empregados com Carteira Assinada	Mai/98	118,89	0,4	0,0
Empregados sem Carteira Assinada	Mai/98	132,76	-1,7	-4,0
Conta-própria	Mai/98	130,11	-2,3	-9,4
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Mai/98	62,34	0,03	-9,22
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Mai/98	123,37	-0,44	2,11
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (**)	Jul/98	1.471,70	-0,28	4,07
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (**)	Jul/98	1.465,54	-0,12	3,06
Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E	Abr-Jun/98	—	0,97 (12)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (**)	Jun/98	345,87	0,11	1,84

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (**) ÍNDICE MENSAL. (***) ÍNDICE TRIMESTRAL.

L A N Ç A M E N T O

O IBGE traz para
você o

Anuário Estatístico do Brasil 97

O Anuário Estatístico do Brasil é uma obra de referência completa sobre o país. Reúne informações resultantes de levantamentos, estudos e pesquisas realizadas pelo IBGE e outras instituições que se dedicam ao conhecimento dos mais diversos aspectos sobre o Brasil.

Anuário Estatístico do Brasil 97 (volume 57)

- 7 seções subdivididas em 32 temas
- Quase 1.000 páginas
- Novidade: glossário para todas as seções, apresentando as principais variáveis
- Nova apresentação das fontes de informação das tabelas, gráficos e mapas
- Consulte o Anuário 97 no site do IBGE na Internet

TAMBÉM EM CD-ROM



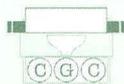
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Divisão de Comercialização
Rua General Canabarro, 706/Bloco B - 2º andar
20271-201 - Maracanã, RJ
Tel.: (021)569-2043 Ramais: 118, 119 e 137 Fax/Tel.: (021)569-4690
Ligação Direta Gratuita: 0800 - 218181

Dados atualizados sobre a realidade brasileira

- Caracterização do Território
- Características Demográficas e Socioeconômicas da População
- Aspectos das Atividades Agropecuária e Extração Vegetal
- Aspectos da Atividade Serviços
- Índices, Preços, Custos e Salários
- Agregados Macroeconômicos

CARTA IBGE



Coordenação Geral
de Comunicação Social

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela CGC.
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º and. • 20021-120 • Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (021) 220-0411 / Fax: (021) 262-5429
Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: cartaibge@ibge.gov.br

Coordenador e editor responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTb-RJ)

Editor-chefe
Adilson Ribeiro

Assistentes
Fátima Santos, Léa Aguiar, Regina MacCord e Sheila Riera

Publicidade
Lecy Delfim

Programação Visual
Paulo Weissenberg

Impressão e circulação
Centro de Documentação e Disseminação de Informações • CDDI

Tiragem: 23.400 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 17/08/98

Entregue aos Correios até o dia 30/10/98